

e respectivo vencimento:

PARCELA	VENCIMENTO
1ª/quotas única	02/04/2018
2ª	30/04/2018
3ª	31/05/2018
4ª	29/06/2018
5ª	31/07/2018
6ª	31/08/2018
7ª	28/09/2018
8ª	31/10/2018
9ª	30/11/2018
10ª	28/12/2018

Art. 2º - O pagamento dos tributos municipais após as datas definidas no art. 1º será acrescido de:

I - multa de mora de 2% (dois por cento) quando o pagamento foi efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do seu vencimento e de 10% (dez por cento), quando o atraso foi superior a 30 (trinta) dias;

II - juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único - Quando for o caso, os acréscimos previstos nos incisos I e II do caput serão calculados sobre o valor do tributo atualizado monetariamente, observada a legislação federal definida para esta finalidade.

Art. 3º - A redução no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para o exercício de 2018 é de: I - de 25% (vinte e cinco por cento) se recolhido, integralmente, até o dia 02/04/2018, data definida como vencimento para pagamento da quota única;

II - de 12% (doze por cento) para pagamento do imposto em até 06 (seis) parcelas mensais, desde que quitadas nas respectivas datas de vencimento de cada parcela; e

III - de 6% (seis por cento) para pagamento do imposto em até 10 (dez) parcelas, desde que quitadas nas respectivas datas de vencimento de cada parcela.

Art. 4º - Caso o contribuinte tenha optado pelo pagamento parcelado, a não quitação das parcelas nas datas definidas no artigo 1º deste Decreto, implicará em:

I - perda dos descontos de que trata os incisos II e III, do art. 3º, sem prejuízo da incidência dos acréscimos legais previstos no art. 2º deste Decreto, e

II - rescisão do parcelamento e vencimento integral das parcelas vincendas, se o atraso for superior a sessenta dias.

Art. 5º - A redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (PTU) no âmbito do Programa "CIDADÃO EM DIA", instituído pela Lei Complementar nº 132/2017 e definida no artigo 3º deste Decreto, será concedida apenas ao contribuinte que estiver em situação tributária regular em relação ao recolhimento do IPTU dos exercícios anteriores ao do ano de lançamento.

§ 1º - considera-se situação tributária regular para efeito deste artigo o contribuinte que:

I - esteja adimplente com o IPTU de todos os imóveis de sua propriedade, domínio útil ou posse; e

II - encontre-se com os dados cadastrais devidamente atualizados no Cadastro Imobiliário Municipal, conforme previsto no inciso II, do art. 2º, da Lei Complementar nº 132/2017, inclusive com a indicação de telefone e e-mail para contato.

§ 2º - Será considerado adimplente, para efeito do disposto no inciso I do § 1º do caput, o contribuinte que esteja em dia com parcelamento de IPTU com a exigibilidade suspensa, nos termos do inciso VI do artigo 212, da Lei Complementar nº 96, de 12 de dezembro de 2013 - Código Tributário do Município.

Art. 6º - A regularidade da situação tributária de que trata o artigo 5º será apurada:

I - de ofício, na data do lançamento do IPTU;

II - mediante requerimento do contribuinte, que comprove a regularidade da situação fiscal.

Parágrafo único - Terá direito a aderir ao programa "CIDADÃO EM DIA" instituído pela Lei Complementar nº 132/2017, o contribuinte que regularizar sua situação tributária até o dia 02/04/2018.

Art. 7º - Todos os valores expressos em moeda corrente nacional (reais - R\$) na Lei Complementar nº 096/2013 - CTM, inclusive seus anexos I a XX serão reajustados, conforme o art. 97, §2º, do Código Tributário Nacional (Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966), a partir de 01 de janeiro de 2018 com base no percentual de 2,80% (dois inteiros e oitenta centésimos por cento), equivalente à variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor - Amplo apurado no período de dezembro de 2016 até novembro de 2017, conforme divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 8º - Para todos os fins de direito, com a publicação do presente Decreto no Jornal Oficial do Município, ficam todos os contribuintes municipais do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU e da Taxa de Acondicionamento, Remoção, Controle, Transporte e Destinação Final do Lixo, devidamente notificados do lançamento dos citados

tributos municipais, bem assim, do respectivo calendário de vencimento disposto no art. 1º deste instrumento normativo, conforme definido pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 96/2013 - Código Tributário Municipal.

Art. 8º - A Secretaria Municipal da Fazenda editará as normas complementares que se fizerem necessárias para a execução do Programa "Cidadão em Dia".

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, Mossoró-RN, 18 de dezembro de 2017.

ROSALBA CIARLINI
Prefeita

tributos municipais, bem assim, do respectivo calendário de vencimento disposto no art. 1º deste instrumento normativo, conforme definido pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 96/2013 - Código Tributário Municipal.

Art. 8º - A Secretaria Municipal da Fazenda editará as normas complementares que se fizerem necessárias para a execução do Programa "Cidadão em Dia".

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, Mossoró-RN, 18 de dezembro de 2017.

ROSALBA CIARLINI
Prefeita

DECRETO Nº 5165, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa a Tarifa do Sistema de Transporte Coletivo Urbano do Município de Mossoró e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 78, inciso IX, art. 101, I, J da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o transporte coletivo é responsabilidade do Município, o qual é prestado por meio de concessão pública;

Considerando o seu caráter de serviço público essencial social, com vistas à garantia do direito de locomoção;

Considerando as informações prestadas pela Secretaria de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito, resultado de estudo de avaliação tarifária;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica fixada a tarifa de transporte coletivo urbano do Município de Mossoró, para passagem inteira, no valor de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos).

Parágrafo único - O valor da meia-passagem é de R\$ 1,65 (um real e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto n. 4.577, de 27 de novembro de 2015.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA em Mossoró/RN, 19 de dezembro de 2017.

ROSALBA CIARLINI
Prefeita

DECRETO Nº 5166, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 122.331,51 (cento e vinte e dois mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), para os fins que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, IX, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 49, §2º, da Lei nº 3.525, de 12 de janeiro de 2017; no artigo 4º, II da Lei n. 3.526, de 12 de janeiro de 2017, e tendo em vista a necessidade de reforço de dotações orçamentárias da Câmara Municipal de Mossoró para o exercício corrente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 122.331,51 (cento e vinte e dois mil, trezentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA RESISTÊNCIA, em Mossoró/RN, 20 de dezembro de 2017.

ROSALBA CIARLINI
Prefeita

Unidade Orçamentária	Ação Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)				
01.101 CÂMARA MUNICIPAL				
2001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ				
3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS				
3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA				
4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO				
Anexo II (Redução)				
01.101 CÂMARA MUNICIPAL				
2001 COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ				
3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL				
3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO				
3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO				
3.3.90.37 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA				
3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
4.4.90.52 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE				
2451 CRIAÇÃO DA FUNDAÇÃO PÚBLICA				
3.3.90.41 CONTRIBUIÇÕES				

PORTARIA Nº 1060/2017

A PREFEITA MUNICIPAL DE MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 78, inciso IX, da Lei Orgânica do Município de Mossoró, e com base na Lei Complementar nº 29, de 16 de dezembro de 2008, e;

CONSIDERANDO a existência de vaga para o cargo de Professor no Quadro Funcional da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,

CONSIDERANDO, ainda, a aprovação e classificação de Maria Cleoneide de Souza Santos, em 281º lugar no Concurso Público nº 001/2013, para provimento do cargo de Professor,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR MARIA CLEONEIDE DE SOUZA SANTOS para o cargo de Professor de educação Infantil e do Ensino Fundamental do 1º ao 5º anos, Nível II, Classe I, do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Executivo, com carga de 40 (quarenta) horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer,



ChatGPT ▾



Qual é o valor do transporte público coletivo da cidade de Mossoró-rn em 2025?

Atualmente, a tarifa do transporte público coletivo em Mossoró, Rio Grande do Norte, é de R\$ 3,30, valor que permanece inalterado desde 2018. Em junho de 2022, a empresa concessionária Cidade do Sol indicou que, para equilibrar os custos operacionais, seria necessário aumentar a tarifa para R\$ 8,56. No entanto, esse valor foi considerado impraticável para os usuários, e não há informações disponíveis sobre a implementação de tal reajuste. Até abril de 2025, não foram encontrados registros públicos de alterações na tarifa. Para obter informações atualizadas, recomenda-se consultar fontes oficiais, como a Prefeitura de Mossoró ou a empresa Cidade do Sol.

[mossorohoje.com.br](#) +3[Jornal O Mossoroense](#) +7

Fontes



Qual foi o documento oficial que estabeleceu essa tarifa?

A tarifa atual do transporte público coletivo em Mossoró, fixada em R\$ 3,30, foi estabelecida pelo Decreto nº 5165, de 19 de dezembro de 2017. Esse decreto determinou que o novo valor entraria em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018. O aumento foi resultado de um estudo de avaliação tarifária realizado pela Secretaria de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito.

[defato.com](#) +2[mossorohoje.com.br](#)[Mossoró Notícias](#) +1

Fontes



Pergunte alguma coisa



Buscar



Refletir





Jornalismo que conecta.

[INÍCIO](#) [QUEM SOMOS](#) [MOSSORÓ](#) [ESTADO](#) [POLÍTICA](#) [ECONOMIA](#) [POLÍCIA](#)[ESPORTES](#) [BLOGS/COLUNAS](#) [ESPECIAIS](#) [PODCASTS](#)

Incêndio atinge marcenaria na Av. Presidente Dutra, no Alto de São Manoel



Homem mata a nora com golpes de enxada em Governador Dix-Sept Rosado



Caminhoneiro de Mossoró morre em acidente de trânsito no estado do Piauí



Homem morre vítima de descarga elétrica em Mossoró



por **Redação TCM Notícia** — 6 de dezembro de 2022



Em reação à nova alta do combustível, a Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) alerta para o risco da oferta de ônibus. Foto: Blog D





Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Whatsapp



Em todo o Brasil começou a temporada de reajuste do transporte público. Em Mossoró, a empresa Cidade do Sol, que opera desde 2016, afirma está elaborando estudo para pedir reajuste da passagem.



O estudo ainda está no início, e por isso a empresa ainda não tem um possível valor. O desafio é como acomodar uma passagem viável após tantos aumentos de combustíveis, aumento do custo com pessoal, queda no número de pagantes, tudo acumulado desde 2018. Essa semana o preço médio do diesel S10 foi de R\$ 6,88. Em janeiro de 2018, o preço médio do mesmo combustível era de R\$ 3,54.

O contrato de prestação de serviço prevê reajustes anuais, mas eles foram sendo adiados para que o serviço pudesse ser incorporado na rotina da cidade.

Na capital

O sindicato que representa as empresas que operam o transporte público de Natal já apresentou a proposta. O Sindicato das Empresas de Transporte Urbano (Seturn) pediu à Prefeitura de Natal a tarifa de ônibus de R\$ 4,85 a partir de janeiro de 2023. Segundo as empresas de ônibus, o pedido leva em consideração a inflação acumulada entre 2019 e 2022, algo em torno de 25%. Caso aprovado, a passagem de ônibus em Natal subiria R\$ 0,95.

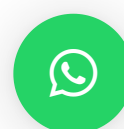


Repassse atrasado

A empresa Cidade do Sol afirma ainda que não recebeu o repasse federal do chamado subsídio para pessoas idosas no transporte público. O dinheiro foi repassado para as cidades em Novembro deste ano.

Aqui no Rio Grande do Norte, Mossoró, São Gonçalo do Amarante e Natal receberam. Mossoró teve um repasse de R\$ 3.945.857,27. O recurso serve para o custeio da gratuidade de maiores de 65 anos em sistemas regulares de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano.

O TCM Notícia entrou em contato com a prefeitura de Mossoró para saber quando o repasse será feito, mas até agora não tivemos resposta.



Tags: Mossoró Ônibus passagens



PRÓXIMO CLICK
TROCINADO PELA
SUPERBET
SEJA SUPER



Jornal
O MOSSOROENSE



O reajuste no preço das passagens é uma das opções que está sendo analisada.

COTIDIANO

Para manter ônibus em Mossoró, tarifa teria que ser de R\$ 8,56

Os constantes aumentos no valor do diesel e a baixa procura pelo transporte público estão agravando a situação da empresa que atua em Mossoró

On 21 de junho de 2022

A nova alta do diesel (14,25%), anunciada sexta-feira, 17, agravou o drama do transporte coletivo em Mossoró. Apesar do apoio da Prefeitura, em ações como o programa Ônibus no Bairro, o setor continua a agonizar. Nessa segunda-feira, 20, a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Defesa Civil, Mobilidade Urbana e Trânsito (SESDEM) detalhou a crise, em balanço técnico apresentado à imprensa.

Oito meses após o plano de retomada do transporte coletivo, com o programa Ônibus no Bairro, o sistema amarga baixo número de passageiros pagantes, linhas deficitárias e crescente preço de insumos. Para suprir os custos, segundo a concessionária Cidade do Sol, a tarifa deveria ser R\$ 8,56, mais que o dobro do valor atual, R\$ 3,30 – sem reajuste há quatro anos.

Contudo, o diretor da empresa, Waldemar Araújo, reconhece ser impraticável a tarifa de R\$ 8,56. “Por isso, defendemos que outras medidas sejam adotadas para que o serviço não seja inviabilizado, para que possamos manter todas as 11 linhas operando”, destaca.

O balanço apresentado pela Secretaria evidencia que, apesar de medidas adotadas pelo Executivo, como fiscalização de modais clandestinos e aporte mensal de R\$ 65 mil, a elevada gratuidade – taxa de 42% do total de passageiros transportados – as constantes altas no preço do diesel pressionam o sistema. Somente neste ano, o valor do combustível foi reajustado cinco vezes, sendo o último reajuste com percentual de 14,25%.

“Em 2018, com pouco mais de uma tarifa (R\$ 3,10) era possível comprar um litro de diesel, que custava R\$ 3,46. Atualmente, uma passagem, que segue no mesmo valor compra somente meio litro de combustível. Ou seja: são necessárias mais que o valor de duas tarifas para comprar um litro de diesel”, informou a empresa Cidade do Sol.

Ainda de acordo com o relatório, das dez linhas reativadas pelo Programa Ônibus no Bairro, sete delas operam com menos de 100 passageiros diariamente. Em maio, a linha Belo Horizonte foi a mais deficitária, com média de 14 passageiros ao dia. A linha Macarrão transportou 26 pessoas, seguida pela Planalto com 35; linha Shopping 48, linha Nova Mossoró 58, linha Bom Jesus 76 e linha Sumaré com 95 passageiros.

A deficiência das linhas reflete a queda de passageiros. Para se ter uma ideia, em maio de 2019 eram transportados 247.897 passageiros ao mês. Em maio deste ano, o número caiu para apenas 87.334 pessoas que utilizaram o ônibus como meio de transporte em Mossoró. Em contrapartida, o custo só subiu com salários e outros insumos, como pneus e peças.

Ao enaltecer a iniciativa da Prefeitura em revelar o atual cenário do setor, o diretor da Cidade do Sol adverte que, somente a adoção de medidas conjuntas podem viabilizar o sistema. Além da redução do Imposto Sobre Serviço (ISS) de 5% para 2%, aprovada recentemente pela Câmara Municipal de Mossoró, Araújo citou alternativas que poderão equilibrar o sistema de transporte público coletivo.

“O problema enfrentado pelo setor é nacional, e muitas medidas estão sendo replicadas nos municípios para manter o serviço operando. Aqui em Mossoró o ISS será reduzido, mas uma medida isolada não funcionará. É preciso pensar em outras alternativas como tarifa cidadã, subsídio para gratuidade, e tantas outras que estão sendo adotadas Brasil afora para não tornar o sistema insustentável”, alerta.

Compartilhe...

 **Deixe um comentário**

MOSSORÓ

ANNA PAULA BRITO

20/06/2022 15:10

Atualizado

20/06/2022 15:37

Tarifa precisaria ser de R\$ 9 para sustentar o sistema de transporte público em Mossoró



A+ A- ⓘ

O secretário de segurança do município, Cledenilson Moraes, acompanhado do Diretor Executivo de Trânsito, Luís Correia, e do Diretor da Cidade do Sol, Waldemar Araújo, reuniu a imprensa na manhã desta segunda-feira (20) para apresentar a situação do transporte público de Mossoró, diante da baixa adesão dos usuários, bem como dos aumentos nas despesas, entre elas, mais um aumento no valor do diesel, ocorrido no último sábado (18). Atualmente, apenas 48% dos usuários pagam a passagem inteira, no valor de R\$ 3,30, sem reajuste desde 2018. Os demais são meia passagem ou gratuidade. Com isso, segundo Waldemar, a empresa vem enfrentando sérias dificuldades para manter o serviço; entenda.



FOTO: WILSOM MORENO



O secretário de segurança de Mossoró, Cledenilson Moraes, acompanhado do Diretor Executivo de Trânsito, Luís Correia, e do Diretor da Cidade do Sol, Waldemar Araújo, reuniu a imprensa na manhã desta segunda-feira (20) para apresentar a situação do transporte público no município.

Em 2020, quando a atual gestão assumiu, havia apenas 3 linhas de ônibus funcionando na cidade, esse número mais do que quadruplicou com a ampliação para 13 linhas, sendo 18 ônibus rodando de segunda a sábado, atendendo a um total de 35 regiões.

O problema, segundo dados apresentados pelo secretário, tem sido a baixa adesão por parte dos usuários. Linhas como Aeroporto 2, Planalto e Belo Horizonte, por exemplo, possuem uma média de 15 passageiros circulando por dia, sendo que destes, menos da metade paga a tarifa inteira.

Secretário de segurança de Mossoró apresenta relatório do transporte público



Atualmente, o valor da passagem no transporte público de Mossoró é de R\$ 3,30. O valor não sofre reajuste desde o ano de 2018.

Do total de passageiros que utilizam esse meio de condução, apenas 48% pagam a passagem inteira, os demais são usuários com direito a meia passagem ou a gratuidade, no caso de idosos e deficientes.

Além da baixa adesão, outro problema citado pelo Diretor da Cidade do Sol, Waldemar Araújo, é o aumento das despesas como reajustes salariais, gastos com manutenção e, principalmente o constantes aumentos no valor do diesel, tendo o mais recente acontecido no sábado (18).

Segundo ele, diante de todas estas despesas, se fosse feito um reajuste no valor da passagem, para que o transporte público continuasse a ser viável em Mossoró, a tarifa teria que ser no valor de R\$ 8,56.

Caso a Prefeitura de Mossoró conseguisse bancar toda a gratuidade, esse valor cairia para uma média de R\$ 4 para o usuário que paga a passagem inteira.

Hoje, o município concede um subsídio em torno de R\$ 65 mil mensais para custear o transporte público, além de ter conseguido aprovar junto a câmara municipal, a redução no valor do ISS para apenas 2%.

O secretário Cledenilson, bem como o diretor Luis Correia, afirmaram que seguem discutindo, junto a Waldemar, alternativas para a manutenção das linhas, mas pedem que a população volte a utilizar o transporte público, pois sem essa adesão, torna-se totalmente inviável para a empresa e o município manterem os ônibus rodando sem passageiros.